

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUÃ/SP

ANEXO III CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

LÍNGUA PORTUGUESA (ALFABETIZADO)

1. Leitura e Interpretação de texto.
2. Ortografia.
3. Divisão Silábica.
4. Acentuação Gráfica.
5. Verbo: conjugação e emprego dos tempos e modos verbais.
6. Substantivo e adjetivo.
7. Sinônimos e antônimos.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.
Gramáticas Normativas.

MATEMÁTICA (ALFABETIZADO)

1. Números naturais e operações:
 - a. Escrita e leitura de números até milhões; valor relativo e valor absoluto.
 - b. Múltiplos e divisores de um número, regras de divisibilidade, números primos.
 - c. Problemas relacionados a situações da vida diária, envolvendo as quatro operações.
2. Números racionais:
 - a. Escrita e leitura de números racionais através de frações e de números decimais.
 - b. Operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, envolvendo os casos mais simples.
 - c. Problemas relacionados a situações da vida diária, envolvendo as quatro operações.
3. Porcentagem:
 - a. Cálculo da porcentagem de números, de juros e de descontos.
 - b. Problemas relacionados a situações da vida diária, envolvendo o cálculo da porcentagem.
4. Sistema monetário:
 - a. O meio circulante brasileiro, como se escreve e como deve ser lido.
 - b. Preço, salário, vantagens e descontos.
 - c. O que significa o que é caro e o que é barato, compras à vista e à prestação.
 - d. Resolução de problemas, envolvendo os conteúdos indicados.
5. Sistema métrico:
 - a. Comprimento, capacidade, massa, tempo, superfície e volume e suas aplicações.
 - b. Resolução de problemas, envolvendo os conteúdos indicados.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos de 1ª à 4ª série do ensino fundamental.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Leitura e Interpretação de texto.
2. Ortografia.
3. Divisão Silábica.
4. Acentuação Gráfica.
5. Verbo: conjugação e emprego dos tempos e modos verbais.
6. Substantivo e adjetivo.
7. Pronome pessoal, demonstrativo e possessivo.
8. Sinônimos e antônimos.
9. A estrutura do período simples, termos da oração.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos da Língua Portuguesa do 1º ao 6º ano do ensino fundamental.
Gramáticas Normativas.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO MÉDIO)

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica.
5. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
6. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
7. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
8. Crase.
9. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
10. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1990.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO SUPERIOR)

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica.
5. Estrutura dos vocábulos e processos de formação de palavras: elementos mórficos (radical, afixo desinência, vogal temática de verbo e nome, fonema de ligação, radicais gregos e latinos), derivação, composição, hibridismo e outros processos não incluídos na Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB.
6. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
7. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
8. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
Concordância ideológica (silepse).

9. Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal.
10. Crase.
11. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
12. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1990.
BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.
CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.
CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.
CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio

MATEMÁTICA (ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Conjunto: universo, complementar, relação de pertinência, igualdade, desigualdade, inclusão, operações de conjuntos (união, interseção e diferença).
2. Números naturais: sistema de numeração decimal, operações fundamentais, múltiplos, divisores, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, potenciação, fatoração, critérios de divisibilidade. Problemas.
3. Números racionais: frações e decimais, operações, comparação, ordenação, simplificação. Problemas.
4. Grandezas e Medidas: comprimento, perímetro, capacidade, massa, superfície, volume, tempo e valor. Problemas.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos do 1º ao 6º ano do ensino fundamental.

RACIOCÍNIO LÓGICO (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

1. Noções básicas de lógica:

- 1.1 conectivos, tautologia e contradições, implicações e equivalências, afirmações e negações, argumento, silogismo, validade de argumento.
- 1.2 Compreensão e elaboração da estrutura lógica de situações-problema por meio de raciocínio dedutivo.
- 1.3 Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

2. Raciocínio matemático: utilizar o raciocínio matemático para resolver situações e problemas que envolvam os seguintes conteúdos:

- 2.1 conjuntos numéricos racionais e reais - operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal; números e grandezas proporcionais; razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem.
- 2.2 Expressões algébricas: equações de primeiro e segundo graus, sistemas de equações lineares.
- 2.3 Sequências, Progressão aritmética e Progressão Geométrica.
- 2.4 Conceito de Função: Função Polinomial, Exponencial e Logarítmica.
- 2.5 Geometria Plana: Polígonos regulares, circunferência e círculo; cálculo de áreas e perímetros.

Bibliografia Sugerida:

BASTOS, Cleverson e KELLER, Vicente. *Aprendendo lógica*. Petrópolis: Ed. Vozes.
DANTE, Luiz Roberto. *Matemática: contexto e aplicações*, vol. 1 a 3, Ed. Ática, 2003.
GIOVANNI, Jose Ruy e CASTRUCCI, Benedito e GIOVANNI JR, José Ruy. *A conquista matemática* 5a a 8a série, São Paulo: ED. FTD, 2002.
DANTE, Luiz Roberto. *Matemática Contexto & Aplicações-Volume I*. 3. ed. reform. São Paulo: Editora Ática, 2006.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

1. Sistema Operacional Windows 7.
2. Microsoft Word 2010: Edição e formatação de textos.
3. Microsoft Excel 2010: Elaboração, cálculos e manipulação de tabelas e gráficos.
4. Internet Explorer 11 e Microsoft Outlook 2010: Navegação na Internet e Correio Eletrônico.

SAÚDE PÚBLICA (ENSINO SUPERIOR)

1. Organização dos Serviços de Saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, controle social – organização da gestão colegiada, financiamento do SUS, legislação e normalização complementar do SUS.
2. Planejamento e Programação Local de Saúde.
3. A medida da saúde coletiva: indicadores de saúde.
4. Administração e inovação nos serviços públicos de saúde.
5. Ações coletivas de saúde, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, controle das principais zoonoses.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. *Constituição Federal de 1988 – Capítulo Saúde*.
BRASIL, Legislação Federal, Leis Federais nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90.
BRASIL, Ministério da Saúde. *CENEPI/FNS Doenças infecciosas e parasitárias: manual de bolso: aspectos clínicos, vigilância epidemiológica e medidas de controle – Anexo*. Brasília, 1999.
BRASIL, Ministério da Saúde. *Relatório Final da X Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1996.
BRASIL, Ministério da Saúde. *Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS: NOAS 01/2002/DOU: 28/02/2002*.
CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira (org.). *Inventando a Mudança na Saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1994, cap. 1 e 6.
MENDES, Eugênio Vilaça. *Uma Agenda para a Saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1996, cap. 1.
ROUQUAYROL, M.Z. *Epidemiologia & Saúde*. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.
VAUGHAN, J.P. e MORROW, R.H. *Epidemiologia para os Municípios - Manual para Gerenciamento dos Distritos Sanitários*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS (ENSINO SUPERIOR)

A prova de conhecimentos didático-pedagógicos pretende verificar a capacidade de análise crítica dos candidatos em relação a questões atuais da educação, a partir de várias situações vividas no cotidiano escolar, buscando ações pedagógicas que aprimorem a relação ensino-aprendizagem.

Temáticas abordadas:

1. Educação e diversidade sociocultural.
2. Educação e sociedade da informação.
3. A inclusão da pessoa com deficiência na educação.
4. Organização dos tempos e trabalhos escolares.

5. Os ciclos de formação.
6. A infância como tempo de formação.
7. A adolescência como tempo de formação.
8. A experiência social dos alunos e o cotidiano.
9. O currículo e a globalização do conhecimento: impasses e polêmicas entre conteúdo e metodologia na sala de aula.
10. A avaliação e o processo de ensino e aprendizagem: em busca de uma coerência e integração.
11. Prática profissional e projeto educativo: os professores, suas concepções e opções didáticas.
12. A formação do profissional da educação: conceitos e dimensões.

Bibliografia sugerida:

- CANDAU, Vera Maria. *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- DAYREL, Juarez. *A escola como espaço sociocultural*. Belo Horizonte: SMED.
- GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras Instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HOFFMAM, Jussara. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. *Formação continuada de professores e novas tecnologias*. Maceió: EDUFAL, 1999.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 9 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNESCO, 2004.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1999.
- PERRENOUD, Philippe. *10 novas competências para ensinar: convite à viagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Planejamento, plano de ensino aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (NÍVEL MÉDIO)

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

1. Ética profissional: Código de Ética e Legislação profissional do COFEN e COREN e relações humanas no trabalho.
2. Sistema Único de Saúde: conceitos, definições e atribuições.
3. Legislação e normas aplicadas ao Sistema Único de Saúde.
4. Noções básicas de anatomia, fisiologia, farmacologia, microbiologia e parasitologia.
5. Técnicas de enfermagem: sinais vitais, higiene, conforto, transporte, administração de dietas, oxigenoterapia e nebulização, hidratação, coleta de material para exames laboratoriais, ataduras, aplicações quentes e frias, cuidados com a pele, sondagens e drenos, cuidados com traqueostomia, drenagem torácica e ostomias, procedimentos pós-morte, prontuário e anotação de enfermagem.
6. Assistência domiciliar de enfermagem / visita domiciliar.
7. Fármacos: conceitos e tipos, efeitos gerais e colaterais, cálculo de soluções: vias de administração de medicamentos.
8. Curativos e tratamento de feridas.
9. Atenção à saúde da criança, da mulher e do adulto.

10. Central de material esterilizado: métodos e procedimentos específicos de desinfecção e esterilização de materiais.
11. Biossegurança,

Bibliografia Sugerida:

- BRASIL, *Constituição Federal de 1988* – Capítulo Saúde.
- BRASIL, *Lei federal nº 8.080*, de 19/09/90.
- BRASIL, *Lei federal nº 8.142*, de 28/12/90.
- BRASIL, *Relatório Final da X Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1996.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS: NOAS 01/2002*, DOU 28/02/2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. CENEPI/FNS - *Doenças Infecciosas e Parasitárias* - Manual de Bolso: aspectos clínicos, vigilância epidemiológica e medidas de controle, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Programas e Projetos*. Disponível em: www.saude.gov.br.
- COREN – MG. *Normas, deliberações, decisões e decretos*. COREN/MG, 1998–2003.
- COREN – MG. *Código de Ética e Deontologia de Enfermagem*. Brasília, 2003.
- KOCH, Rosi Maria et al. *Técnicas básicas de enfermagem*. 17 ed. Curitiba: Século XXI, 2000.
- ROUQUAYROL, M.Z. *Epidemiologia & Saúde*. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.
- SMELTZER, Suzanne C. BARE, Brenda G. BRUNNER & SUDDARTH'S. *Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, v.1 e 2, 2002.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

1. Riscos de acidentes
2. Acidentes de trabalho
3. Mapa de Risco
4. Investigação de Acidente de Trabalho
5. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
6. Instalação e Serviços em Eletricidade
7. Máquinas e equipamentos
8. Atividades e operações insalubres
9. Ergonomia
10. Equipamentos de proteção
11. Proteção contra incêndios
12. Doenças ocupacionais.
13. Emissão da CAT
14. Conhecimentos sobre o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP
15. Normas Regulamentadoras NR's e CLT (relativas à Medicina e Segurança do Trabalho).

Bibliografia sugerida:

- Legislação Previdenciária, disponível no endereço [www81.dataprev.gov.br/ islex](http://www81.dataprev.gov.br/islex). Observação: apenas os aspectos relacionados à segurança e saúde no trabalho.
- Segurança e Medicina do Trabalho*. 54ªed. São Paulo: Editora Atlas, S. A – 2004. Série Manual de Legislação Atlas.
- Portaria 3.214, de 8 de jun. 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras – NR do Capítulo V, Título II da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- Fundacentro: [http:// www.fundacentro.gov.br/publicacoes/pub_outros_fasc.asp](http://www.fundacentro.gov.br/publicacoes/pub_outros_fasc.asp)
- O Perfil Profissiográfico Previdenciário e a Nova Instrução Normativa nº 95 do INSS. www.inss.gov.br.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (NÍVEL SUPERIOR)

ASSISTENTE SOCIAL

1. O trabalho do assistente social com a questão social nas diferentes expressões cotidianas.
2. O Serviço Social nas relações sociais no Brasil.
3. O Serviço Social no desenvolvimento de programas, projetos e pesquisas.
4. Atendimentos / orientações / informações aos usuários, aos grupos, à comunidade e /ou clientes dos serviços.
5. Competências e habilidades do profissional.

Bibliografia sugerida:

AMMANN, Safira Bezerra. *Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 76, Ano XXIV, novembro de 2003, p. 118 a 142.

BRASIL. Lei 8.662/93 - *Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social*.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2002.

FRITSCH, Rosângela. *Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 52, Ano XVII, dezembro de 1996, p. 127 a 145.

GUEIROS, Dalva Azevedo. *Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 71, Ano XXIII, ESPECIAL, 2002, p.102 a 121.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. *Famílias: uma experiência em grupo*. In: revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 71, Ano XXIII, ESPECIAL, 2002, p.165 a 179.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Coleção Temas Sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

NICOLAU, Maria Célia C. *Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 79, Ano XXV, ESPECIAL 2004, p. 82 a 107.

RIBEIRO, Marlene. *O caráter pedagógico dos movimentos sociais*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 58, Ano XIX, novembro de 1998, p. 41 a 71.

SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p.15 a 66.

SOUSA, Rosângela Maria Sobrinho. *Controle social em saúde e cidadania*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 74, Ano XXIV, julho de 2003, p.68 a 84.

CONTADOR

1. Contabilidade Geral: Conceitos básicos de contabilidade. Princípios fundamentais de contabilidade. Patrimônio. Componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido. Equação fundamental do patrimônio. Fatos contábeis e as respectivas variações patrimoniais. Contas: patrimoniais e de resultado. Conceito de despesas, receitas e resultado. Conceito de débito e crédito. Método das partidas dobradas. Provisões. Orçamentos. Balancetes de verificação. Principais livros fiscais e comerciais. As contas do Balanço Patrimonial: conceito, objetivo, periodicidade e elaboração. Ativo e passivo como aplicação e fontes de recursos. Grupos de contas: significados de cada grupo de contas. Classificação das contas nos grupos. Critérios de avaliação das contas.
2. Demonstração do resultado do exercício: conceito, objetivo, periodicidade e elaboração. Elementos da demonstração, apropriações, pelo regime de competência, de receitas e despesas, antecipações e diferimentos. Destinação do resultado do exercício. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR. Interpretação do aumento ou diminuição do

- capital circulante líquido. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Notas explicativas às demonstrações contábeis.
3. Contabilidade pública: conceito, objeto e regime. Orçamento – conteúdo e forma da proposta orçamentária. Exercício financeiro. Créditos adicionais. Dívida flutuante e fundada. Controle da execução orçamentária. Receita e despesas públicas: conceitos e estágios. Receita e despesa extra-orçamentária. Escrituração. Apuração do resultado financeiro e econômico. Inventário: objeto e classificação. Balancetes mensais da receita e despesa. Balanços.
 4. Análise das demonstrações contábeis: conceitos básicos. Análise horizontal e vertical das demonstrações contábeis. Análise por quocientes. Análise da situação financeira, por índices: solvência e liquidez. Análise da situação econômica – indicadores de rentabilidade: rentabilidade de vendas, do capital próprio e do ativo total. Margens: bruta, operacional e líquida. Prazos médios de contas a receber e de fornecedores, índice de cobertura das despesas financeiras. Rotação de estoques, contas a receber, contas a pagar, ativo imobilizado e ativo real. Análise da estrutura patrimonial: grau de imobilização do ativo, dos recursos próprios e de endividamento. Participação de capital próprio. Interpretação dos indicadores financeiros, econômicos e patrimoniais.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. *Curso básico de contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1996.
- ANGÉLICO, João. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 1996.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços*. São Paulo: Atlas, 1998.
- ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. São Paulo: Atlas, 1993.
- _____. *Auditoria interna*. São Paulo: Atlas, 1993.
- BLATT, Adriano. *Análise de balanços*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- CFC, Conselho Federal de Contabilidade. *Normas de auditoria*.
- CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 750/93. *Princípios Fundamentais de Contabilidade* (aprovados pelo CFC pela Resolução CFC 750/93, publicada no DOU de 31/12/93, seção I p. 21852).
- EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. *Contabilidade introdutória*. São Paulo: Atlas, 1995.
- FIPECAPI. *Normas e práticas contábeis no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1994.
- FRANCO, Hilário. *Contabilidade geral*. São Paulo: Atlas, 1996.
- FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. *Auditoria contábil*. São Paulo: Atlas, 1995.
- GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira*. Editora Harbra, 1984.
- IUDICIBUS, S. de. *Análise de balanços*. São Paulo: Atlas, 1995.
- KOHAMA, Hélio. *Contabilidade pública*. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEI das sociedades por ações. Lei nº 6.404, de 15/12/76. São Paulo: Atlas, 1996.
- MACHADO JÚNIOR, J. Teixeira & REIS, Heraldo da Costa. *A Lei 4.320 comentada*. IBAM, 1996.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade básica*. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. *Contabilidade empresarial*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*. São Paulo: Atlas, 1995.
- NEVES, Silvério das e VICECONTI, Paulo E. V. *Contabilidade básica*. São Paulo: Frase, 1994.
- _____. *Contabilidade avançada*. São Paulo: Frase, 1996.
- PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. *Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 1994.
- REIS, Arnaldo. *Análise de balanços*. São Paulo: Saraiva, 1993.
- RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade geral*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. *Estrutura e análise de balanços*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- SÁ, Antônio Lopes de. *Princípios fundamentais de contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1995.
- SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. São Paulo: Atlas, 1995.
- SILVA, Lino Martins A. *Contabilidade governamental*. São Paulo: Atlas, 1996.
- SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na contabilidade municipal*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

COORDENADOR DO CRAS

Temas para estudo: Legislação; Política Nacional de Assistência Social; Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais; Planejamento Social; Elaboração de documentos; Trabalhos com famílias e atividades coletivas.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º; Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17; Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41; Da Organização dos Poderes - Art. 59 a 83; Da Ordem social - Art. 205 a 232). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm

BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e alterações. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS 2012). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs>

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-rh_08-08-2011.pdf/view?searchterm=None

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cartilha BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha-bpc-final.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF-1. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF-2. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez /Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008

BATISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem Relatórios, Laudos e Pareceres**. Veras Editora, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro, LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez e UERG Editoras, 2004.

SARTI, Cyntia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

DIRETOR DE CRECHE

Critérios de Atendimento em Creche. Política Educacional na Creche. As Múltiplas Linguagens na Creche. Princípios Educativos da Creche. A Formação do Educador de Creche. Creche no Brasil.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Lei Federal nº 10.639/03 - Altera a Lei nº 9.9394 de 20 de dezembro de que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.
6. BRASIL. Lei Federal nº 11.645, de 10/03/08 – Altera a Lei 9.394/96, modificada pela Lei 10.639/03, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.
7. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
8. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 022/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

9. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 05/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
10. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC – Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009.
11. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC - Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, 2012.
12. SÃO PAULO, SME/DOT-P/SP - Encontros de Formação com as equipes de DOT- P: “Diálogos para a construção do currículo da infância paulistana”. São Paulo, 2013.
13. BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3/04 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
14. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 2/07, aprovado em 31 de janeiro de 2007 - Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2007.
15. BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
16. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/09, aprovado em 11 de novembro de 2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
17. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5/09 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
18. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
19. BRASIL. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADO NO DOC DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013, p. 103-105. Disponível em: <http://www.tanalousa.com.br/files/2015/05/AVALIA%C3%87%C3%83O-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-APRIMORANDO-OS-OLHARES.pdf> Acesso: 08/11/2015.

Livros e artigos Creche

1. ANETE, Abramowicz. Educação infantil: creches: atividades para crianças de zero a seis anos. SP: Moderna, 1999.
2. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Departamento de Política de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, DF, 1995.
3. CERISARA, Ana Beatriz. Por uma pedagogia da educação infantil: desafios e perspectivas para as professoras. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Caderno Temático de Formação 2 - Educação Infantil: construindo a pedagogia da infância no Município de São Paulo. São Paulo: SEESP, 2004. p. 6-16.
4. MOSS, Peter - Artigo: Introduzindo a Política na Creche: A Educação Infantil como prática democrática, 2009.
5. RICHTER, Sandra Regina Simonis; BARBOSA; Maria Carmen Silveira. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. Revista Educação, Santa Maria, v.35, p. 85-96, 2010.
6. SANCHES, Emilia Cipriano. Creche: realidade e ambiguidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DIRETOR DO CEARNE

Políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado na Área da Educação Especial/Inclusiva: Gestão Participativa. Atribuições do diretor. Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação: da educação especial à educação inclusiva. Modelos de atendimento e paradigmas: educação especializada, integração e inclusão. Valorização das

diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
6. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
7. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990.
8. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração de Salamanca. Orientações para a inclusão. Garantindo o acesso à educação para todos. Salamanca, 1994.

Livros e Artigos na Educação Especial

BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Gestão escolar e docência. Coleção Pedagogia e Educação. São Paulo: Paulinas, 2010.

INCLUSÃO. Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

GLAT, R. **A integração social do portador de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva.- 15 ed. (2009) -. São Paulo: Papyrus, 1994. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós LDB**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

PACHECO, José. **Caminhos Para a Inclusão: Um guia para Aprimoramento da Equipe Escolar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

REILY, Lucia Helena. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo. Ed. Summus. 2006.

SMITY, Debora Deutsch. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DIRETOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Concepções filosófico-políticas da educação na infância. Direito e Educação. Políticas Públicas para a Educação Infantil. Leis e Diretrizes para a Educação Infantil. Papel do Diretor na Educação Infantil. Gestão Escolar. Organização dos tempos e espaços e o trabalho pedagógico participativo. Currículo e planejamento da educação. Inclusão e Diversidade Cultural.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Lei Federal nº 10.639/03 - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.
6. BRASIL. Lei Federal nº 11.645, de 10/03/08 – Altera a Lei 9.394/96, modificada pela Lei 10.639/03, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.
7. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
8. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 022/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1998.
9. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 05/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
10. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC – Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009.
11. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC - Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, 2012.
12. SÃO PAULO, SME/DOT-P/SP - Encontros de Formação com as equipes de DOT- P: “Diálogos para a construção do currículo da infância paulistana”. São Paulo, 2013.
13. BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3/04 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
14. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 2/07, aprovado em 31 de janeiro de 2007 - Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2007.
15. BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
16. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/09, aprovado em 11 de novembro de 2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
17. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5/09 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
18. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
19. BRASIL. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADO NO DOC DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013, p. 103-105. Disponível em: <http://www.tanalousa.com.br/files/2015/05/AVALIA%C3%87%C3%83O-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-APRIMORANDO-OS-OLHARES.pdf> Acesso: 08/11/2015.

Livros e Artigos da Educação Infantil

1. ARIÈS, Phillippe. História Social da Criança e da Família. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

2. CERISARA, Ana Beatriz. Por uma pedagogia da educação infantil: desafios e perspectivas para as professoras. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Caderno Temático de Formação 2 - Educação Infantil: construindo a pedagogia da infância no Município de São Paulo. São Paulo: SEESP, 2004. p. 6-16.
3. DIDONET, Vital. A Avaliação na e da Educação Infantil. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Doutrina/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil%20-%20Vital%20Didonet.doc> Acesso: 08/11/2015.
4. FERNANDES, Maria José da Silva. O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais. **Educ. Pesqui.** [online]. 2012, vol.38, n.4 [cited 2015-11-09], pp. 799-814. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1517-97022012000400002&lng=en&tlng=pt Acesso em: 08/11/2015.
5. KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2003.
6. LÜCK, Heloísa et al. **Concepções e Processo Democráticos de Gestão Educacional.** Petrópolis: Vozes, 2006.
7. LÜCK. Heloísa, FREITAS, Kátia Siqueira de, GIRLING, Robert, KEITH, Sherry. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.
8. NASCIMENTO, Maria Letícia. Algumas considerações sobre a infância e as políticas para Educação Infantil. *Educação & Linguagem.* São Paulo, V.14 nº23/24,146 – 159, jan – dez – 2011.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

1. Biologia ambiental.
2. Gestão ambiental.
3. Saúde ambiental.
4. Química ambiental.
5. Educação ambiental.
6. Controle da poluição.
7. Perícia ambiental e redação de pareceres.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA, J.R. et al. *Perícia Ambiental.* Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.
- ANDRADE et al. *Gestão Ambiental - Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável.* São Paulo: Makron Books, 2000.
- BRAGA, B. et al. *Introdução à Engenharia Ambiental.* São Paulo: Prentice Hall, 2002. .
- BRILHANTE, O. M.; CALDAS, L.Q.A.(coord.) *Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 1999.
- BRITTO, E.R. *Introdução à biologia sanitária.* E.R. de Britto. Rio de Janeiro: DTP, 1994.
- CÂMARA MUNICIPAL DE IPUÃ. *Lei Orgânica do Município de Ipuã.* Disponível em: <http://www.camaraipua.sp.gov.br>.
- FIKER, J. *Avaliação de Imóveis. Manual de Redação de laudos.* 1.ed. São Paulo: Pini, 1989.
- MACEDO, J. A. B. *Introdução à Química Ambiental.* 1.ed. Juiz de Fora-MG: JORGE MACEDO, 2002.
- PHILIPPI JR. A. et al. *Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos.* 2.ed.São Paulo: USP-Faculdade de Saúde Pública. 2002.

ENGENHEIRO CIVIL

Instruções Normativas do Tribunal de Contas de MG IN 09/2003 e 07/2004; Sistemas Construtivos; Planejamento de Obras; Estudo de solo e fundações; Normas de Segurança e saúde no trabalho; legislação e Normas Técnicas; Desenho técnico (prancheta e CAD); Controle de qualidade em obras; Topografia na construção civil; Plano Diretor do Município – Lei

Complementar109/2006; Leis Municipais Complementares nº 150/11,87/03,07/91,08/91,61/01 72/02; Código de Obras do Município – Lei 1270/68. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL: Aglomerantes, cal, gesso, cimento, agregados; Concretos, propriedades, fator água/cimento, resistência mecânica e durabilidade; Aços para concreto armado: Classificação; Materiais cerâmicos para construção civil; Estruturas de concreto armado, formas de madeira e metálicas, produção e lançamento do concreto, Cura e adensamento, desforma. Normas brasileiras.

ARGAMASSAS: Classificação, propriedades essenciais, principais argamassas preparadas no canteiro de obras, argamassas industrializadas, principais patologias.

REVESTIMENTOS CERÂMICOS: tipos, classificação, cortes, assentamento, juntas de dilatação, movimentação e dessolidarização.

PLANEJAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL: Engenharia de custos, orçamento, composição de custos unitários, parciais e totais, levantamento de quantidades, especificação de materiais e serviços, contratação de obras e serviços, planejamento de tempo; análise PERT/CPM. ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Demanda e consumo de água; Estimativa de vazões; Captação, adução, reservação, estações elevatórias e distribuição de água; Qualidade da água e padrão de potabilidade; Princípios do tratamento de água.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO: Sistemas estáticos para a disposição de esgotos; rede coletora; qualidade da água e padrões de lançamento; princípios do tratamento de esgotos.

DRENAGEM PLUVIAL: Estimativa de contribuições; galerias e canais.

LIMPEZA PÚBLICA: Estimativa de contribuições; Coleta de resíduos sólidos domiciliares; Compostagem; Aterro sanitário e controlado; RCD.

PROJETO E DIMENSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS: água fria, esgotos sanitários, águas pluviais, combate a incêndio.

MECÂNICA DOS SOLOS. Caracterização dos solos. Resistência ao cisalhamento, compactação, tensões e deformações, compressibilidade e adensamento, estabilidade de taludes e encostas, empuxos de terra, drenagem. Fundações diretas e profundas. Tipos e características das fundações. Estruturas de contenção.

RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS: Tensões, deformações, propriedades mecânicas dos materiais, torção, flexão, cisalhamento, linha elástica, flambagem, critérios de resistência. Dimensionamento de elementos estruturais de concreto armado, de aço e de madeira.

TEORIA DAS ESTRUTURAS: Morfologia das estruturas, carregamentos, idealização; Estruturas isostáticas planas e espaciais; Princípio dos Trabalhos Virtuais; Cálculo de deslocamentos em estruturas isostáticas; Análise de estruturas estaticamente indeterminadas: método das forças; Análise de estruturas cinematicamente indeterminadas: método dos deslocamentos; Aplicações nas estruturas de concreto, aço e madeira.

SISTEMA VIÁRIO: noções básicas de projetos de topografia, geométrico e de terraplenagem; Pavimentação de vias: tipos de vias, dimensionamento de pavimentos, tipos de materiais.

Bibliografia sugerida:

ALMEIDA, M.S.S. – Aterros sobre solos moles – Ed. UFRJ.

ANTP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. Transporte humano: cidades com qualidade de vida. São Paulo: ANTP.

ARAÚJO, J. M. - Curso de concreto armado Vol. 1 a 4. Rio Grande: Ed. Dunas.

AZEREDO, H. A. - O edifício até sua cobertura. São Paulo. Editora Edgard Blücher.

BAPTISTA, M. B., COELHO, M. M. L. P. - Fundamentos de engenharia hidráulica. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BARROS, R.T.V., CHERNICHARO, C.A.L., HELLER, L., VON SPERLING, M. - Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. Vol. 1: Saneamento. Belo Horizonte: DESA/UFMG.

BORGES, A.C. - Prática das pequenas construções. Vol. 1. São Paulo. Editora Edgard Blücher.

CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos. Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias - Reatores Anaeróbios. Volume 5, Editora FCO - DESA – UFMG.

DAS, B. M. Fundamentos de Engenharia Geotécnica. Tradução All Tasks; Revisão Técnica Pérsio Leister de Almeida Barros. São Paulo. Thomson Learning. 6ª edição.

DNER – Manual de pavimentação, 2ª ed., Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Rodoviárias, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Ministério dos Transportes FALCÃO BAUER, L.A. - Materiais de Construção. Vol 2. São Paulo. Editora LTC.

FERRAZ, A.C.C. P.; TORRES, I.G.E. - Transporte público urbano. São Carlos: Rima.

FILIZZOLA, E.P.; Moreno Neto, F.; Scatena, J.C. – Noções básicas de engenharia de tráfego da CET – São Paulo, Boletim No. 5, São Paulo.

FIORITO, A. J. S. I.; Manual de Argamassas e Revestimentos: Estudos e Procedimentos de Execução. São Paulo: PINI.

HACHICH, W.; FALCONI, F.; SAES, J. ET AL. - Fundações – Teoria e prática, 2ª. Edição, PINI, São Paulo.

HELLER, L.; PÁDUA, V. L. Abastecimento de água para consumo humano. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HIBBELER, R. C. - Resistência dos materiais. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos. IBRACON, Autores diversos – Concreto, Ensino, Pesquisa e Realizações.

LIMER, C. V. - Planejamento, orçamento e controle de projetos e obras. RJ: Livros Técnicos e Científicos.

MATTOS, Aldo Dorea. Como preparar orçamentos de obras. Ed. Pini.

METHA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto, Estrutura, Propriedades. São Paulo; PINI.

PESSÔA, Constantino Arruda; JORDÃO, Eduardo Pacheco. Tratamento de Esgotos Domésticos. Volume 1. ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

PFEIL, W.; Pfeil, M. – Estruturas de aço: dimensionamento prático – 7ª. Ed., LTC Editora S.A., (2000).

Jr. CALIL, C; LAHR F.A.; DIAS, A. A.. – Dimensionamento de elementos Estruturais de madeira, Editora Manole Ltda.

QUEIROZ, G. – Elementos das estruturas de aço – Imprensa Universitária da UFMG.

REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia. Águas Doces no Brasil (capital ecológico, uso e conservação). 2ª ed. São Paulo: Escrituras, 2002.

RIPPER, E. Manual prático de materiais de construção. São Paulo. Editora PINI.

ROUSSELET, E. S., FALCÃO, C. A segurança na obra. Ed. Interciência.

SARAIVA, Márcio. A cidade e o tráfego — uma abordagem estratégica. Recife: UFPE.

SENADO FEDERAL. Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

SENÇO, W. - Manual de Técnicas de Pavimentação – Volumes I e II- 2ª ed., São Paulo, Editora Pini.

SOUZA PINTO, C. – Curso básico de mecânica dos solos – Oficina de Textos.

SOUZA, R.. ET AL..; Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras. São Paulo: PINI.

SÜSSEKIND, J. C. - Curso de análise estrutural – Vol. 1, 2 e 3, Ed. USP, São Paulo, SP.

TSUTIYA, M. T. Abastecimento de água. São Paulo: Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica da USP.

TSUTIYA, M. T., Sobrinho, P. A. Coleta e transporte de esgoto sanitário. São Paulo: Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica da USP.

VARGAS, R. – Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos – Brasport, 6ª. Edição.

VASCONCELLOS, E. A. - O que é trânsito. 3a edição. São Paulo: Ed. Brasiliense.

VIANNA, M.R. Instalações hidráulicas prediais. Belo Horizonte: Imprimatur.

VON SPERLING, M. – Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos - DESA/UFMG.

VON SPELING, Marcos. Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias - Lagoas de Estabilização. Volume 3, Editora FCO – DESA – UFMG.

VON SPELING, Marcos. Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias - Lodos de Esgotos: Tratamento e Disposição Final. Volume 6, Editora FCO – DESA – UFMG.

WRIGHT, Charles Leslie. O que é transporte urbano. São Paulo: Ed. Brasiliense.

YAZIGI, W. A Técnica de Edificar, Editora PINI, 2a Edição, São Paulo. Instruções Normativas do Tribunal de Contas de MG IN 09/2003 e 07/2004; Plano Diretor do Município – Lei Complementar109/2006; Leis Municipais Complementares nº 150/11, 87/03, 07/91, 08/91, 61/01 72/02; Código de Obras do Município – Lei 1270/68.

FARMACÊUTICO

Conceito, objetivos e atribuições da Farmácia Hospitalar e Drogaria. Requisitos técnicos e exigências legais para instalação, licenciamento e funcionamento da Farmácia Hospitalar e Drogaria. Seleção e padronização de medicamentos e correlatos. Gestão de estoque – Curva ABC – Parâmetros de identificação dos medicamentos para o controle de estoque. Armazenamento de medicamentos e correlatos – exigências legais, normas técnicas e funcionais. Sistemas de dispensação de medicamentos. Farmácia hospitalar e controle de infecções hospitalares. Germicidas de uso hospitalar: formulações, preparo e emprego. Atuação da farmácia hospitalar no suporte nutricional. Manuseio, preparo e dispensação de medicamentos cistotáticos. Química farmacêutica: volumetria de neutralização e de oxi-redução. Cálculos para determinação de concentração em preparações farmacêuticas. Conhecimento quanto à origem, à química, à atividade farmacológica, aos mecanismos de ação, ao emprego terapêutico e à toxicidade dos medicamentos, necessária ao desenvolvimento da assistência farmacêutica. Farmacologia da dor e da inflamação. Farmacologia do sistema respiratório. Farmacologias do sistema digestivo. Farmacologia da Reprodução. Farmacologia dos processos infecciosos. Controle de qualidade de medicamentos – Ensaio físico-químicos, biológicos e microbiológicos. Interpretação de certificados de análise de controle de qualidade de medicamentos. Estabilidade de medicamentos. Farmacotécnica das preparações sólidas e líquidas, para uso oral e para uso externo. Formas farmacêuticas sólidas, líquidas, cremes, pomadas e preparações estéreis: conceito, importância, fabricação e acondicionamento. Farmacologia. Fármacos que atuam no sistema nervoso autônomo, central e periférico. Fármacos que atuam no sistema cardiovascular – antimicrobianos – interações medicamentosas. Legislação: Lei 5.991, de 17/12/73. Lei 8.666, de 21/06/93. Resolução 288/96 – Conselho Federal de Farmácia. Resolução 290/96, de 26/04/1996 – Conselho Federal de Farmácia – Aprova o Código de Ética Farmacêutica. Portaria 272, de -08/04/98 – Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Portaria 2.616, de 12/05/98 – Ministério da Saúde. Portaria 344 de 12/05/98 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Decreto 3.181, de 23/09/99. Resolução 391, de 09/08/99 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Norma Técnica Especial nº 010/99 da Vigilância Sanitária Municipal/Belo Horizonte, publicada no Diário Oficial do Município, Ano V nº 1038, de 30/12/99.

Bibliografia sugerida:

- CARVALHO, E. B. *Manual de Suporte Nutricional*. Rio de Janeiro: Medsi, 1992.
- Farmacopéia Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Organização Andrei, 1997. 1 v.
- Farmacopéia Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 1988. P. 1 e P. 2 (Fascículos 1-4)
- GENNARO, A. R. *Remington Farmácia*. 19 ed. Argentina: Médica Pan América. 2 volumes.
- GOODMAN, L. S.; GILMAN, A. *As bases farmacológicas da terapêutica*. 10 ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003.
- HANSTEN, P. D. *Interações medicamentosas*. 5 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1989.
- KATZUNG, B.G.; SILVA, P. *Farmacologia básica e clínica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan, 1998.
- KOROLKOVAS, A. *Análise farmacêutica*. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan, 1984.
- MARTINS, M. A. *Manual de infecções hospitalares: prevenção e controle*. Hospital das Clínicas (Belo Horizonte). Rio de Janeiro: Medsi, 1993.
- PRISTA, L.N.; ALVES, A. C.; MORGADO, R. *Tecnologia Farmacêutica e farmácia galênica*. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. 3 volumes.

MÉDICO 10 HORAS SEMANAIS E MÉDICO 12 HORAS SEMANAIS

1. ADULTO/IDOSO: Hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus. Pneumopatias crônicas: DPOC e Asma. Síndromes de dispnéicas crônicas. Diagnóstico diferencial da dor torácica. Cefaléias. Pneumonia Comunitária. Diarréias agudas e crônica. Peculiaridades do paciente idoso. Infecção do trato urinário. Doenças sexualmente transmissíveis. AIDS. Doenças de Chagas. Esquistossomose Mansonii, Leishmaniose Tegumentar e Visceral, Hanseníase e Tuberculose. Anemias. Prevenção de câncer: mama, cérvix uterino, próstata, colo, pele e pulmão. Alcoolismo. Imunização no adulto e idoso. Depressão, insônia e ansiedade.

- Abordagem do paciente psicossomático. Principais doenças osteomusculares. Abdome agudo. Doenças da Tireóide. Pequenos procedimentos em cirurgia ambulatorial. Vulvovaginites. Climatério. Princípios de higiene oral. Noções básicas de reabilitação física.
2. GESTANTE: Assistência pré-natal. Assistência ao parto. Hemorragias da 1ª e 2ª metades da gravidez. Planejamento familiar. Preparação para o aleitamento materno.
 3. CRIANÇA/ADOLESCENTE: puericultura: alimentação, vacinação, crescimento e desenvolvimento, higiene dental, febre, vômitos, cefaléia, tosse e dor abdominal. Desnutrição e carências vitamínicas. Diarréia aguda, terapia e reidratação oral. Parasitoses intestinais. Afecções respiratórias agudas e crônicas. Diagnóstico diferencial das doenças exantemáticas agudas. Tuberculose. Anemias. Principais problemas dermatológicos. Meningoencefalites. Educação sexual.
 4. SAÚDE PÚBLICA: Patologia ocupacional. Noções básicas de legislação trabalhista. Vigilância epidemiológica: doenças de notificação compulsória epidemias e endemias. Noções elementares de saneamento básico. Principais indicadores epidemiológicos. Preenchimento de atestado de óbito.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUARIOL, M.Z. *Introdução à epidemiologia moderna*. 2 ed. Belo Horizonte: COOPMED, 1992.
- ASSUNÇÃO, A.A. et al. *Manual de rotinas: ambulatório de doenças profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 1992.
- BACARINNI, M., STARLING, S. *Manual de Urgências em Pronto Socorro*.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 10.216/01 In: *Legislação em Saúde Mental (1990-2002)*, 3 ed. Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 11.802/95 In: *Legislação em Saúde Mental (1990-2002)*, 3 ed. Brasília, 2002 e posterior Lei nº 12.684, de 01/12/1997.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.391, de 26/12/2002 (Regulamentação da internação psiquiátrica involuntária).
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus: protocolo*. Cadernos de Atenção Básica, n. 7, Brasília, 2001.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil*. Cadernos de Atenção Básica, n. 11, Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Assistência pré-natal*. Manual técnico, Brasília, 2000.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Processamentos de artigos e superfícies em estabelecimentos de saúde*. Brasília. Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar, 1994.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Plano Nacional de Controle da Tuberculose*. Manual de normas técnicas. 3 ed. Brasília, 2000.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Assistência ao planejamento familiar*. Manual técnico. 4 ed. Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Manual Técnico para Controle da Tuberculose*. Cadernos de Atenção Básica, n. 5, Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Guia para controle da hanseníase*. Cadernos de Atenção Básica, n. 10, Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais*. Brasília, 2001.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Saúde do trabalhador*. Cadernos de Atenção Básica, n.5, Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, Coordenação e Saneamento. *Manual de Saneamento*. Brasília, 1994.
- CECIL. *Medicina interna básica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- CORREA, M.D. *Noções práticas de obstetrícia*. 11ª ed. Belo Horizonte: COOPMED, 1994.
- FONSECA, F.P.; ROCHA, P.R.S. *Cirurgia ambulatorial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- FIMBERG, L. *Manual de clínica pediátrica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- LEÃO, E.; CORREA, E.J.; VIANNA, M.B.; MOTA, J.A.C. *Pediatria ambulatorial*. 2 ed. Belo Horizonte: COPMED, 1989.

LOBOSQUE, Ana Marta. *Clínica e Movimento: o cotidiano de um serviço substitutivo em saúde mental e impasses da clínica?* In: Lobosque. *Clínica em Movimento: por uma sociedade sem manicômios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. *Neuroses x psicoses: uma primeira abordagem quanto ao diagnóstico diferencial*. In: Lobosque. *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

RAKEL, R. *Tratado de medicina da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

SILVESTRE, J.A. & COSTA Neto, M.M. *Abordagem do idoso em programas de saúde da família*. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(3); 839 – 847, Mai-Jun, 2003.

MÉDICO PEDIATRA - 8 HORAS SEMANAIS

Neonatologia: recém nascido normal. Distúrbios metabólicos (glicose, K, Ca, Mg). Distúrbios ácido básicos e hidroeletrólíticos. Infecções congênitas mais comuns (TORCHS). Prematuridade. Sepsis precoce e tardia. Pediatria interna: diarreia aguda e crônica. Reflexo gastroesofágico. Insuficiência renal aguda e crônica. Insuficiência cardíaca. Convulsões. Pneumonias bacterianas. Diagnóstico diferencial das doenças exantemáticas. Diabetes. Pediatria ambulatorial: obesidade; imunizações; anorexia; infecção do trato urinário; infecções das vias aéreas superiores; asma brônquica; crescimento e desenvolvimento.

Bibliografia sugerida:

FIMBERG, Laurence. *Manual de clínica pediátrica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2000.

LEÃO, Ennio et al. *Pediatria Ambulatorial*, Belo Horizonte: COOPMED, 4ª ed., 2005.

OLIVEIRA, Reynaldo Gomes de – *Blackbook Pediatria*, Belo Horizonte: 3ª ed. Black Book Editora, 2005.

WALDO E. Nelson. *Nelson Tratado de Pediatria*, vol, 1 e 2, Rio de Janeiro: 15ª ed. Guanabara Koogan, 1997.

MÉDICO PSIQUIATRA - 8 HORAS SEMANAIS

1. Semiologia / psicopatologia: do comportamento; do eu; da consciência e da atenção; da memória; da afetividade; do pensamento; da orientação têmporo-espacial; da sensopercepção.
2. Epidemiologia psiquiátrica.
3. Clínica das doenças mentais, síndromes, transtornos e seus tratamentos na Psiquiatria de adultos. Transtornos do humor – as manias, depressões e melancolia, psicoses ciclotímicas/ciclotimias; psicoses delirantes agudas; psicoses confusionais; epilepsias; psicoses esquizofrênicas; psicoses delirantes crônicas; psicoses puerperais; neuroses – histérica e obsessiva com os possíveis transtornos de ansiedade, de angústia, fóbicos, dissociativos, somatoformes, obsessivo-compulsivos; transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas; quadros endócrinos e Psiquiatria; transtornos alimentares; alterações mensais nos traumatismos craneencefálicos; alterações mentais nos tumores cerebrais; demências.
4. Psicofarmacologia: os psicofármacos, as suas utilizações mais conhecidas, os seus possíveis efeitos colaterais, as contraindicações e as suas possíveis interações medicamentosas (conhecidas).
5. Psicanálise: conceitos básicos da Psicanálise para o diagnóstico das neuroses, psicoses e perversões. Os mecanismos das neuroses, das psicoses e das perversões; o que as estrutura e as diferencia.
6. A legislação referente à saúde mental. As relações entre a sociedade e a loucura / Reforma Psiquiátrica.

Bibliografia sugerida:

- AMARANTE, Paulo (org.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, Ed. Fiocrus, 1995.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 10.216/01 In: *Legislação em Saúde Mental (1990-2002)*, 3 ed. Brasília, 2002.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Lei nº 11.802/95 In: *Legislação em Saúde Mental (1990-2002)*, 3 ed. Brasília, 2002 e posterior Lei nº 12.684, de 01/12/1997.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.391, de 26/12/2002 (Regulamentação da internação psiquiátrica involuntária).
- CORDIOLI, A.V. *Psicofármacos: consulta rápida*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- EBERT, M.H.; LOOSEN, P.T.; NURCOMBE, B. *Psiquiatria: diagnóstico e tratamento*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- EY, H.; BERNARD, P.; BRISSET, C. *Manual de Psiquiatria*. São Paulo: Masson, 1978.
- FREUD, S. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, (obras completas, v. 11).
- _____. *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia paranoides)*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, (obras completas, v. 12).
- _____. *Neurose e psicose*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, (obras completas, v. 19).
- _____. *A perda da realidade na neurose e na psicose*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, (obras completas, v. 19).
- LACAN, J. *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose: escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LOBOSQUE, Ana Marta. *Clínica e Movimento: o cotidiano de um serviço substitutivo em saúde mental e impasses da clínica?* In: Lobosque. *Clínica em Movimento: por uma sociedade sem manicômios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- _____. *Neuroses x psicoses: uma primeira abordagem quanto ao diagnóstico diferencial*. In: Lobosque. *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MACHADO, Roberto. *Uma arqueologia da percepção*. In: Machado. *A trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MILLER, Jacques-Alain. *Psicanálise e Psiquiatria*. In: Miller. *Lacan elucidado, palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- STAHL, S.M. *Psicofarmacologia – base neurocientífica e aplicações práticas*. Rio de Janeiro: Medsi, 2002.

ORIENTADOR SOCIAL

Temas para estudo: Legislação; Política Nacional de Assistência Social; Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais; Planejamento Social; Elaboração de documentos; Trabalhos com famílias e atividades coletivas.

Bibliografia sugerida:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º; Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17; Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41; Da Organização dos Poderes - Art. 59 a 83; Da Ordem social - Art. 205 a 232). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm
- BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e alterações. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de julho de 2008 e alterações. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF-1. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF-2. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cartilha BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha-bpc-final.pdf

BATISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem Relatórios, Laudos e Pareceres**. Veras Editora, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SARTI, Cyntia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Políticas públicas para a família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família**. Revista **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 63-87, jul./dez. 2010.

Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/4137

PROFESSOR PEB II - EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Objetivos gerais e específicos de Arte; Critérios de Avaliação na disciplina; A construção do Universo Cultural através da Arte; A relação: Arte, Cultura e Ciência; Fundamentos das Artes Visuais e seus elementos sintáticos; Fundamentos da Música; Fundamentos da Dança; Fundamentos do Teatro; História da Arte Universal; História da Arte Brasileira.

Histórico do ensino das artes no Brasil e suas perspectivas atuais. Teoria e prática do ensino das artes escolas brasileiras. Critérios para seleção de conteúdos no ensino das artes. Organização do tempo e do espaço na prática do ensino das artes. Critérios para avaliação no ensino das artes.

Bibliografia sugerida:

BARBOSA, Ana Mae T. B. *A Imagem no ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIPP, Herchel Browning. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DERDYK, Edith. *Formas de pensar o desenho*. São Paulo: Scipione, 1985.

FERREIRA, Sueli (org.). *O ensino das artes: Construindo caminhos*. Campinas: Papirus, 2001.

ECO, Humberto. *A definição da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. *De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação*. São Paulo: UNESP, 2005.
- GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- GULLAR, Ferreira. *Argumentação contra a morte da arte*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- JAPIASSU, Ricardo. *Metodologia do ensino de teatro*. Campinas: Papyrus, 2001.
- OSTROWER, Fayga. *Universos da arte*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Ed. Ltda., 2002.
- PIMENTEL, Lúcia G. *Som, gesto, forma e cor: dimensões da arte e seu ensino*. Belo Horizonte: C/Arte Editorial, 2000.
- REILY, Lúcia Helena. *Atividades de artes plásticas na escola*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- SPOLIN, Viola 1992. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

PROFESSOR PEB II - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado na Área da Educação Especial/Inclusiva: Atribuições do professor; Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação: da educação especial à educação inclusiva. Modelos de atendimento e paradigmas: educação especializada, integração e inclusão. Valorização das diversidades culturais e linguísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva. Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistiva.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
6. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
7. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990.
8. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração de Salamanca. Orientações para a inclusão. Garantindo o acesso à educação para todos. Salamanca, 1994.

Livros e Artigos na Educação Especial

- BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação.
- INCLUSÃO. Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.
- GLAT, R. **A integração social do portador de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós LDB**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

PACHECO, José. **Caminhos Para a Inclusão: Um guia para Aprimoramento da Equipe Escolar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

REILY, Lucia Helena. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo. Ed. Summus. 2006.

SMITY, Debora Deutsch. **Introdução à Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 6ª ed. São Paulo: Ícone, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

PROCURADOR JURÍDICO

Poder Constituinte. Constituição: Conceito e tipos. Constituição da República Federativa do Brasil: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; estrutura básica da Federação brasileira: entidades integrantes do Estado Federal; repartição de competências; intervenção nos Estados e nos Municípios; organização e competência dos Poderes da União. Controle da constitucionalidade das leis. Funções essenciais à Justiça. Processo legislativo: espécies normativas. Administração Pública: servidores públicos. Sistema Tributário Nacional; Ordem Econômica e Social. Constituição do Estado de São Paulo: Poderes Executivo e Legislativo Municipais. Lei Orgânica do Município. Remuneração de Prefeitos e Vereadores; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Tribunal de Contas do Estado: composição e competência.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado).

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito constitucional didático*. Del Rey.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva.

SÃO PAULO. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (texto atualizado).

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros.

PSICÓLOGO

1. Diagnóstico Psicológico
 - 1.1. Objetivos, processos, etapas, técnicas.
 - 1.2. Análise, interpretação e devolução dos dados.
 - 1.3. Laudo psicológico.
2. Psicologia Social
 - 2.1. Linguagem, pensamento e representações sociais.
 - 2.2. Identidade.
 - 2.3. Processos grupais – família, escola, trabalho.
3. Psicopatologia e Clínica
 - 3.1. Estrutura psíquica.
 - 3.2. Saúde e doença mental.
 - 3.3. Neuroses e psicoses.
 - 3.4. Clínica psicanalítica.
4. Psicologia Organizacional e do Trabalho
 - 4.1. Recursos humanos nas organizações.
 - 4.2. Recrutamento, seleção e acompanhamento de pessoal.
 - 4.3. Treinamento e desenvolvimento de pessoal.
 - 4.4. Doença Ocupacional e relações de trabalho.
 - 4.5. Laudos e relatórios.

Bibliografia sugerida:

- ARZENO, M.E.G. *Psicodiagnóstico Clínico – novas contribuições*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BOOG, Gustavo (coord). *Manual de Treinamento e Desenvolvimento*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas – o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CUNHA, Jurema A. *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- DURAND, Marina. *Doença Ocupacional – psicanálise e relações de trabalho*. SP: Escuta, 2000.
- FREUD, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. *Conferências Introdutórias sobre a psicanálise*. Vol. XVI (1916. 1917[1915-1917])
- _____. *Neurose e Psicose (1924[1923]) e A Perda da Realidade na Neurose e na psicose (1924)*. Vol. XIX.
- _____. *Artigos sobre técnica (1911-1915[1914])*. Vol. XII.
- LANE, S. e CODO, W. (org.) *Psicologia Social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MILLER, J. *Lacan Elucidado – palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SUPERVISOR DE ENSINO

Concepções filosófico-políticas da educação. Direito e Educação. Políticas Públicas e Leis e Diretrizes para a Educação Básica. Papel do Supervisor de Ensino nas escolas. Gestão Pedagógica. Organização dos tempos e espaços e o trabalho pedagógico participativo. Currículo e planejamento da educação. Inclusão e Diversidade Cultural.

Bibliografia sugerida:

Leis

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229. Brasília, 1998.
2. BRASIL. Lei Federal 9394/96, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Brasília, 1990.
4. BRASIL. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2003.
5. BRASIL. Lei Federal nº 10.639/03 - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.
6. BRASIL. Lei Federal nº 11.645, de 10/03/08 – Altera a Lei 9.394/96, modificada pela Lei 10.639/03, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.
7. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/01 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
8. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 022/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1998.
9. BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Parecer 05/2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
10. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC – Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Brasília, 2009.
11. BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC - Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, 2012.
12. SÃO PAULO, SME/DOT-P/SP - Encontros de Formação com as equipes de DOT- P: "Diálogos para a construção do currículo da infância paulistana". São Paulo, 2013.

13. BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3/04 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
14. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 2/07, aprovado em 31 de janeiro de 2007 - Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2007.
15. BRASIL. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
16. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/09, aprovado em 11 de novembro de 2009 - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
17. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5/09 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.
18. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/09 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
19. BRASIL. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013, PUBLICADO NO DOC DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013, p. 103-105. Disponível em: <http://www.tanalousa.com.br/files/2015/05/AVALIA%C3%87%C3%83O-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-APRIMORANDO-OS-OLHARES.pdf> Acesso: 08/11/2015.

Livros e Artigos da Educação Infantil

1. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. São Paulo: Cortez, 2008.
2. FERNANDES, Maria José da Silva. O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais. **Educ. Pesqui.** [online]. 2012, vol.38, n.4 [cited 2015-11-09], pp. 799-814. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1517-97022012000400002&lng=en&tlng=pt Acesso em: 08/11/2015.
3. LÜCK, Heloísa et al. **Concepções e Processo Democráticos de Gestão Educacional.** Petrópolis: Vozes, 2006.
4. LÜCK. Heloísa, FREITAS, Kátia Siqueira de, GIRLING, Robert, KEITH, Sherry. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.
5. PRZYBYLSKI, Edy. **Supervisão escolar: concepções básicas.** Porto Alegre: Sagra, 1982.
6. RANGEL, Mary (Org.) **Supervisão pedagógica: princípios e práticas.** São Paulo: Papirus, 2005.

* * *